

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSOS DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL –
PLAGEDER**

EDO JORGE WAGNER

**AS CONTRIBUIÇÕES DO EXTENSIONISMO RURAL DA EMATER/RS - ASCAR:
O PNAE EM SÃO LOURENÇO DO SUL - RS**

**São Lourenço do Sul
2017**

EDO JORGE WAGNER

**AS CONTRIBUIÇÕES DO EXTENSIONISMO RURAL DA EMATER/RS-ASCAR: O
PNAE EM SÃO LOURENÇO DO SUL - RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Professor orientador: Alberto Bracagioli Neto.

**São Lourenço do Sul
2017**

EDO JORGE WAGNER

**AS CONTRIBUIÇÕES DO EXTENSIONISMO RURAL DA EMATER/RS-ASCAR: O
PNAE EM SÃO LOURENÇO DO SUL - RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: Porto Alegre, 22 de novembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Alberto Bracagiolli Neto - orientador UFRGS

Prof. Dr. Guilherme Radomsky UFRGS

Prof. Dr. Paulo André Niederle UFRGS

RESUMO

O extensionismo rural teve sua origem no século XIX nos Estados Unidos da América, posteriormente se expandido a outros países e se adaptado às necessidades da população rural, respeitando suas tradições e costumes locais. Esta pesquisa tem por objetivo analisar a execução das políticas públicas executadas pela EMATER/ASCAR-RS, com foco na assistência à agricultura familiar, na produção de merenda escolar, no município de São Lourenço do Sul, RS. Analisar os desafios e conquistas do extensionismo rural no município com avaliação de técnicos da entidade, agricultores e dirigentes representativos dos agricultores; mostrar a trajetória do extensionismo rural, usando a metodologia da revisão bibliográfica, deste sua origem no mundo, no Brasil e no Rio Grande do Sul e em São Lourenço do Sul, sendo a protagonista a EMATER/RS-ASCAR, com mais de 60 anos atuando no estado. São Lourenço do Sul foi um dos municípios pioneiros a receber a entidade no interior do estado, trabalhando com os agricultores que necessitavam de novas tecnologias. Tinha o objetivo de melhorar seus padrões de vida, principalmente o pequeno produtor da agricultura familiar. Foi feita uma amostragem, através de tabelas, de sua última divulgação de prestação de contas, de sua atuação no estado, quais os setores, qual o público atingido e sua grande afinidade que é a agricultura familiar. Outra metodologia utilizada foi uma entrevista com questionários individuais para cada ator envolvido no processo como: a pessoa responsável pela merenda e a nutricionista, que trabalham na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, uma técnica do corpo técnico da EMATER, escritório local que atualmente está à frente deste programa, uma técnica licenciada da EMATER que esteve a frente por ocasião da implantação do programa, uma agricultora familiar e titular de agroindústria familiar, um agricultor familiar e representante sindical e, por fim, uma assistente administrativa da entidade com informações funcionais do escritório local. E, por fim o objetivo específico: a atuação em São Lourenço do Sul, de mediação e orientações em políticas públicas, com destaque ao PNAE, onde o município também se destaca como pioneiro nesta política e é referência, a nível nacional, com relação à merenda escolar adquirida da agricultura familiar. Os pontos positivos que os entrevistados destacaram foram a evolução socioeconômica e ambiental dos produtores, garantias de preços e liquidez da comercialização da produção, mais o estímulo do consumo de produtos com segurança alimentar e nutricional do público alvo, que são estudantes desde a educação infantil até o fundamental. Os técnicos consideram a produção local como fator de sucesso para valorização do agricultor. O ponto negativo do programa é a preocupação com a diminuição de verbas públicas para custeio inclusive com verbas orçamentárias para a própria entidade EMATER, em que o dirigente sindical aponta a necessidade de um efetivo maior para atender as demandas. Os técnicos apontam os entraves burocráticos como fato negativo e produtos perecíveis por sazonalidade. Na conclusão constata-se a questão da dependência que a agricultura familiar tem da assistência técnica pública e gratuita e políticas públicas que garantam crédito e comercialização.

Palavra-chave: extensão rural; merenda escolar; agricultura familiar.

ABSTRACT

Rural extensionism originated in the 19th century in the United States of America, later expanded to other countries and adapted itself to the needs of the rural population, respecting their local traditions and customs. The aim of this research is to analyze the implementation of the public policies put into practice by EMATER / ASCAR-RS, focusing on family farming assistance, in the production of school meals, in the city of São Lourenço do Sul, RS; to analyze the challenges and achievements of rural extension in the municipality with an evaluation of the organization's technicians, farmers and representative leaders of the farmers; to show the trajectory of rural extension, using the bibliographical revision methodology, from its origin in the world, in Brazil, in Rio Grande do Sul and in São Lourenço do Sul, the protagonist being EMATER / RS-NASCAR, over 60 years old acting in the state. São Lourenço do Sul was one of the pioneer municipalities to receive the entity within the state, working with farmers who needed new technologies. It aimed to improve their living standards, especially the small family farmers. It was taken a sampling, through tables, of its latest disclosure of accountability, its performance in the state, which sectors, which public is reached and its great affinity: the family farming. Another methodology used was an interview with individual questionnaires for each actor involved in the process, such as the person in charge of the food and the nutritionist, who work in the Municipal Department of Education and Culture, a technical staff of EMATER, a local office that is currently in front of this program, a licensed EMATER technician which was at the forefront when the program was implemented, a family farmer and holder of a family agro-industry, a family farmer and union representative, and finally an administrative assistant of the entity with functional local office information. And, lastly, the specific objective: to act in São Lourenço do Sul, with mediation and orientation in public policies, with emphasis on the PNAE, where the municipality also stands out as a pioneer in this policy and is a reference, at a national level, in relation to school meals acquired from family farming. The positive points that the interviewees highlighted were the socioeconomic and environmental evolution of the producers, price guarantees and the liquidity of the production commercialization, plus the stimulation of the consumption of products with food and nutritional security of the target public, who are students from kindergarten through elementary school. The technicians consider the local production as a factor of success for valorization of the farmer. The negative point of the program is the concern with the decrease of public funds for costing, including budgetary funds for the entity EMATER itself, in which the union leader points out the need for a larger workforce to meet the demands. The technicians point out the bureaucratic obstacles as a negative fact and perishable products by seasonality. In conclusion, we can see the dependence of family agriculture on free public technical assistance and public policies that guarantee credit and commercialization.

Keyword: rural extension; school meals; family agriculture.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1: O público beneficiário da EMATER-RS/ASCAR em relação ao perfil de propriedade rural. | 22 |
| Tabela 2: O público beneficiário da EMATER-RS/ASCAR em relação a categoria .. | 22 |
| Tabela 3: Referente as famílias e sujeitos atingidos pela extensão no que se refere a feiras/ feiradas e participação em projetos | 23 |
| Tabela 4: Referente aos sujeitos atingidos pela extensão no que se refere a produção ecológica e convencional para abastecimento e autoconsumo..... | 23 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|------------|---|
| ABCAR | Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural |
| ACAR –MG | Associação de Crédito e Assistência Rural Minas Gerais |
| ACARESC | Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina |
| ACARPA | Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná |
| ASCAR | Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural |
| ATER | Assistência Técnica e Extensão Rural |
| BR | Brasil |
| CAE | Conselho de Alimentação Escolar |
| CAPA | Centro de Apoio a Produção Agroecológica |
| CONAB | Companhia Nacional de Abastecimento |
| CONSEA | Conselho de Segurança Alimentar |
| CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura |
| COOPAR | Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul |
| CRESOL | Cooperativa de Crédito com Interação Solidária |
| CTA | Centro Técnico Administrativo |
| DAP | Declaração de Aptidão ao Pronaf |
| ECOVIDA | Rede de Certificação da Agroecologia |
| EMBRAPA | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| EMBRATER | Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| EMATER | Empresa de Assistência e Extensão Rural |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FARSUL | Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul |
| FETAG | Federação dos Trabalhadores na Agricultura |
| FETRAF SUL | Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul |
| FNDE | Fundação Nacional do Desenvolvimento da Educação |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| MG | Minas Gerais |
| OCERGS | Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul |

| | |
|----------|---|
| ONG | Organização Não Governamental |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PMDB | Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| PNAE | Política Nacional de Alimentação Escolar |
| PNATER | Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| PSB | Partido Socialista Brasileiro |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| RS | Rio Grande do Sul |
| SAF | Secretaria da Agricultura Familiar |
| SIBRATER | Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| SINTRAF | Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar |
| SMEC | Secretaria Municipal de Educação e Cultura |
| UFFRJ | Universidade Federal Fluminense Rio de Janeiro |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1. INTRODUÇÃO | 10 |
| 2. EXTENSÃO RURAL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR | 13 |
| 2.1 EXTENSIONISMO RURAL SUA ORIGEM E DESENVOLVIMENTO | 13 |
| 2.2. A EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL: A EMATER/RS-ASCAR E SUA ATUAÇÃO | 18 |
| 2.3 PNAE – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: ORIGEM E FORMAÇÃO. | 24 |
| 3. A EMATER/RS- ASCAR EM SÃO LOURENÇO DO SUL | 29 |
| 3.1 O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL..... | 29 |
| 3.2 - AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO..... | 30 |
| 3.3 – EMATER/RS – ASCAR EM SÃO LOURENÇO DO SUL | 32 |
| 4. O PNAE EM SÃO LOURENÇO DO SUL..... | 34 |
| 5. BREVES CONCLUSÕES | 40 |
| REFERÊNCIAS | 42 |
| APÊNDICES..... | 495 |
| ANEXO..... | 459 |

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa traçar um breve cenário do extensionismo rural em São Lourenço do Sul, tendo como objeto a atuação da EMATER-RS/ASCAR na implantação, extensionismo e gestão do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) no que tange a relação do agricultor familiar cadastrado no programa e a produção de alimentos. O trabalho objetiva entender como se dão essas relações de extensão rural e a partir daí, entender a importância delas, tanto na melhoria da produção de alimentos, como, na articulação política dos sujeitos envolvidos.

Objetivo geral do estudo é analisar a execução das políticas públicas executadas pela EMATER-RS-ASCAR no município de São Lourenço do Sul. Objetivo específico com relação a merenda escolar onde a entidade faz parte desde a implantação do Programa Nacional da Merenda Escolar- PNAE no município com assistência relevante para agricultores familiares, empreendedores familiares e agroindústrias familiares.

A justificativa para tal pesquisa se dá na importância de entender e demonstrar o papel da extensão rural na agricultura familiar como mediadora e protagonista das aplicações das políticas públicas, visto que, 43% da população do município vivem na zona rural (IBGE, 2010). Nesse sentido, notamos a relevância acadêmica, para movimentos sociais afins, bem como, para a comunidade em geral a discussão do extensionismo técnico e seu papel na sociedade rural contemporânea.

Quanto ao referencial teórico foram consultadas bibliografias de autores como Caporal (2009), Wagner (2011), Favero e Sarriera (2009), Instituições Governamentais como MDA (2004) e Legislações pertinentes quanto a ATER e Nova ATER, para tornar conhecido o tema extensão rural. Quanto ao extensionismo no Rio Grande do Sul buscamos conhecimento em autores como Deponti (2010), Costa (2001), Bracagioli (2014), publicações do governo federal, da EMATER/RS em 2009, EMATER 2016 do seu relatório anual de 2015 e reportagem da colunista Loeblein (2017) sobre a manutenção orçamentária da entidade para 2018. Quanto à origem e formação do PNAE foram consultados Mielitz (2010), Silva (2015), Correa (2016) e publicações do próprio PNAE. Para caracterização do município de São Lourenço do Sul, nos trabalhos de Lima (2006) e estatísticas do IBGE (2010), Hammes (2014) com suas pesquisas de memórias de formação do município e

povoamento mais Wagner (2009) quanto à imigração alemã/pomerana. Sobre a EMATER em São Lourenço do Sul Hammes (2014) com suas informações no livro de memórias referente à sua fundação e demais informações com questionário estruturado respondido por funcionários. PNAE de São Lourenço do Sul seu funcionamento e seus resultados com entrevista pré-estruturada individualizada para cada ator envolvido no programa.

A metodologia utilizada foi de pesquisa de qualitativa baseado em bibliografias como trabalhos acadêmicos (dissertação, teses e publicações) livros de memórias e didáticos, publicações jornalísticas, publicações oficiais do governo federal (leis, decretos, cartilhas) publicações da entidade pesquisada e entrevistas com questionário individualizado para seis atores ligados ao projeto PNAE. Dificuldades com agendas para com os entrevistados devidos proximidade do final do ano e as entidades necessitam de concluir suas metas programadas. Dados estatísticos e quantitativos dificultou a busca por motivos de transição de governo municipal e houve rotatividade de pessoal em muitas esferas e setores. Diante destas dificuldades partimos para levar mais em consideração o fator evolutivo humano do que a análise de números.

O trabalho está organizado em quatro partes: o item 2 trata da revisão bibliográfica acerca da origem histórica do extensionismo rural no mundo e no Brasil, bem como modelos de extensionismo existentes. O item 2.1 trata do tema no Rio Grande do Sul, dando ênfase a EMATER-RS/ASCAR, (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-RS e Associação Sulina Crédito e Assistência Rural) bem como, o ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) e o Novo ATER implantado ou o nascedouro a partir do decreto 4.739 de 13 de junho de 2003. Ainda no item 2.3 que versa sobre relatório anual da instituição onde são mencionados a metodologia, os objetivos e os números de indivíduos atingidos com os projetos. Já o item 2.4 aborda o PNAE, perpassando a origem histórica da alimentação escolar até a atualidade. O item 3 discorre sobre o município de São Lourenço do Sul e sua constituição tratando mais especificamente da agricultura familiar e as instituições cooperativas e sindicais que tem relevância no município. Ainda neste mesmo item expõe a constituição da EMATER-RS/ASCAR em São Lourenço do Sul e finalmente, o item 4 trata do PNAE em São Lourenço do Sul, sua formação e números. Ao final, breves conclusões acerca da contribuição da EMATER-RS/ASCAR no que tange o

programa PNAE e quais outros impactos sociais dessa instituição em relação à agricultura familiar no município.

2. EXTENSÃO RURAL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Neste capítulo se torna necessário fazer um resgate histórico do extensionismo rural no mundo, no Brasil e no Rio Grande do Sul. Mesmo para a trajetória da alimentação escolar como uma das políticas públicas mais antigas vigentes no país até os dias de hoje.

2.1 EXTENSIONISMO RURAL SUA ORIGEM E DESENVOLVIMENTO

Segundo Fonseca (1985, *apud* WAGNER 2011), o surgimento da extensão rural teve origem nos Estados Unidos da América (EUA) no ápice do conflito Guerra da Secessão (1861-1865), passando de uma agricultura de estrutura escravagista para uma estrutura industrial. Ainda conforme a mesma autora, o conflito entre os estados do sul dos EUA, que eram escravagistas latifundiários e os estados do norte dos EUA, que eram industrializados e defendiam a abolição, foi uma das causas do conflito.

Neste interím a autora levanta um fato relevante:

Naquele período, os pequenos fazendeiros foram surpreendidos pela concorrência das grandes empresas capitalistas emergentes, o que levou os pequenos agricultores a se unirem, a fim de buscar possíveis soluções para seus problemas de produção e de tecnologia. Para tanto, foram criando o hábito de se organizar em associações, de se reunir para discutir seus problemas e encontrar soluções, bem como de buscar especialistas para proferirem palestras técnicas. (WAGNER, 2011 p.17).

Dentro deste contexto histórico conforme aponta Wagner (2011), por volta de 1870, em diversos estados americanos, oficialmente foram instituídos conselhos de agricultura e outras organizações governamentais. Ainda a mesma autora afirma, na sequência dos acontecimentos, que o governo federal norte americano, em 1914 encampou diversas experiências que tinham sido idealizadas e instituiu oficialmente o Trabalho Cooperativo de Extensão Rural, que funcionava em um elo entre universidades, centros de pesquisas e as populações rurais (WAGNER, 2011 p. 17). A autora considera este formato de extensão de “modelo clássico”, onde o agente extensionista faz o meio de comunicação entre a pesquisa e agricultor e que neste modelo se dá através de um processo de comunicação unilateral, isto é, a transferência de tecnologias dos centros de pesquisas para os agricultores, com a

intenção de promover mudanças no modelo de produção existente. Porém este modelo foi considerado subdesenvolvido após a Segunda Guerra Mundial.

Seguindo a mesma autora para melhor entendimento do método:

O processo de transferência de tecnologia foram levados a cabo com a ideia de convencer os agricultores mediante técnicas de *persuasão*, a adotarem determinadas tecnologias que promovessem o aumento da produção agrícola. Com este intuito, foram utilizados de forma intensivos recursos audiovisuais para repassar aos agricultores as mensagens dos cientistas e técnicos. O mesmo modelo serviu de base para a implementação, após Segunda Guerra Mundial, do serviço de extensão nos países subdesenvolvidos da América Latina, entre os quais o Brasil (WAGNER, 2011, p. 18).

Segundo Fonseca (1985, apud WAGNER, 2011), o mentor e idealizador deste modelo clássico chamado de difusão de tecnologia foi Everett Mitchell Rogers¹, defendia que a “transferência de certos traços de culturas de uma das áreas civilizadas a outra não civilizada”. A mesma autora percebe que Rogers ainda conceitua: “a inovação está fundamentada na capacidade de cada indivíduo e que a dinâmica utilizada no processo de difusão pressupõe a alteração de hábitos, atividades e costumes, com novos modelos e sistemas sociais” (pag.18). Podemos deduzir destas afirmações que um sistema dominante, neste caso de um país desenvolvido, tenta impor um padrão de vida e de produção sobre os dominados que seriam os países subdesenvolvidos. Exemplificando como impor tecnologias de monoculturas para o agronegócio, mudando hábitos locais, paisagens, não respeitando a diversificação e agricultura de subsistência.

O período pós Segunda Guerra Mundial² em todos os aspectos de desenvolvimento da agricultura, sempre é um marco de referência e não poderia deixar de ser quanto ao extensionismo rural. De acordo com Caporal, *et al* (2009) o modelo difusionista implantado nos EUA foi exportado para os países latinos, africanos e europeus, através de agências de cooperação internacional e organizações privadas. Foram enviados professores universitários e especialistas com a missão de implantar este modelo norte americano em convênios com nações e estado.

¹ Nascido em 1931, no estado IOWA, EUA, professor da Universidade Estadual Iowa, com diversos livros publicados sobre comunicação e difusão (www.amazon.com).

² Segunda Guerra Mundial conflito militar global envolveu muitas nações que durou de 1939 a 1945. (INFOESCOLA).

A importância da extensão rural e seu caráter social criou forma no início do século XX. Conforme Newbay (1983, apud CAPORAL, 2009), igreja e Estado unem-se para frear a fragmentação e empobrecimento das comunidades rurais acuadas pelo rápido crescimento do setor industrial, e transformações tecnológicas dos meios de produção. Surge a “Sociologia da Vida Rural” uma concentração de esforços nos estudos das comunidades, preconizadoras de ações estratégicas de apoio a núcleos rurais debilitados com aporte externos de recursos, métodos educativos e organizativos (GUZZMANN, 1984 apud CAPORAL 2009 p.59).

No Brasil, a primeira experiência foi no município de Santa Rita do Passo Quatro no estado de São Paulo, em 1947. Seguida desta experiência foi fundada a primeira organização de extensão rural no país: Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais – ACAR-MG em 1948 (CAPORAL *et al*, 2009).

Conforme CAPORAL, *et al*(2009),no Rio Grande do Sul, em 1956 no embalo do movimento chamado de desenvolvimentista foi fundada a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR-RS. Nos mesmos moldes foram criadas entidades de extensão rural no Paraná (ACARPA) e Santa Catarina (ACARESC). Com o crescimento numérico das entidades pelo país, foi necessária a criação de uma entidade a nível federal para coordenar as ações, as políticas de formação de extensionistas. A entidade criada foi a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural- ABCAR no mesmo ano da fundação da ASCAR-RS. Essa entidade também passaria a exercer o comando das atividades das entidades criadas no Brasil, mediante acordos bilaterais com as entidades estaduais.

De acordo com Peixoto (2008), o conceito *extensão rural* não é autoexplicativo e evoluem no tempo através de mudanças conjunturais, particularidades, estruturas sócias econômicas e culturais de cada país. Dessa forma, o autor explica o conceito em três sentidos distintos: como *processo*, *instituição* e *política*. O *processo* seria o ato de estender, levar ou transmitir conhecimento da sua fonte geradora ao receptor final, o público rural; o sentido *Institucional* se referencia através das organizações estatais que desempenham esse papel frente à sociedade e o sentido *político* são as políticas públicas direcionadas, traçadas e executadas pelos governos nas esferas federal, estadual e municipal através de dispositivos legais ou programáticos.

De acordo com Castro (2003 apud FAVERO e SARRIERA, 2009), identificam-se três modelos que podemos chamar de *extensão*, a partir das ações típicas dos atores (extensionistas e destinatários). São eles:

- a) Modelo Participativo: Consiste no extensionista enquanto mediador do conhecimento e compartilhamento com quem está interessado por ele. Nesse modelo, o processo se dá de forma participativa e construtivista, pois, o extensionista se abstém da persuasão ou convencimento do receptor, limitando-se a indicar a solução teórica do problema, porém, respeitando a vontade e o conhecimento prévio dos sujeitos.
- b) Modelo serviço. Nesse modelo, a fonte (extensionista ou técnico) se reconhece dominador sobre a “carência” do receptor (agricultor ou assistido) que busca no especialista, uma solução para seu problema (nesse indivíduo terá a resposta adequada). A diferença deste modelo para o primeiro descrito é que não há interesse da fonte expandir o conhecimento a todos, mas de maneira específica e seletiva. Para Castro (2003 apud FAVERO E SARRIERA, 2009): “a fonte não busca persuadir ao receptor, apenas se limita a informar com orientação técnica e que espera seja seguida pelo receptor”. (p.4)
- c) Modelo intervenção. É uma modalidade observada com mais frequência em organismos públicos encarregados de extensão rural. O receptor não discute, pois as soluções empregadas pelos técnicos provêm de pesquisas científicas (ou seja, formalmente pensadas como verdade irrefutável), que supostamente o órgão definiu como solucionador dos problemas. Assim, a ação do extensionista também consiste em persuadir o receptor a aceitar a proposta. (CASTRO 2003, apud FAVERO e SARRIERA 2009).

Conforme MDA (2004), os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, no Brasil tomou forma no final de década de 1940, no contexto da política do desenvolvimentista do pós-guerra e tinham o objetivo da melhoria das condições de vida da população rural e ainda apoiar o processo de modernização da agricultura, inserindo-se em outra política que era a industrialização do país, para agregar valores na produção agrícola. No começo foi implantada como um serviço paraestatal ou privado num misto de apoio do setor público e privado. No governo de Juscelino Kubitschek em 1956 foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, que resultou na constituição de um Sistema Nacional

articulado com as Associações de Crédito e Assistência Rural nos estados. No governo do presidente Ernesto Geisel em meados de 1970 foi estatizado o serviço, implantando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural-SIBRATER, coordenado pela EMBRATER e executado pelas empresas estaduais de ATER nos estados, as EMATER. Como parte dos programas de ATER daquela época, durante mais de uma década, a participação do Governo Federal chegou a representar, em média, 40% (quarenta por cento) do total dos recursos orçamentários das EMATER, alcançando até 80% (oitenta por cento) em alguns estados.

Ainda conforme MDA (2004), na sequência dos acontecimentos em 1990, o governo de Fernando Collor, extinguiu a EMBRATER e desativou o SIBRAER, ficando os serviços de ATER meio a deriva. O que havia sido construído anteriormente houve uma ligeira desconstrução, mesmo com as tentativas de uma coordenação nacional lideradas pela EMBRAPA e Ministério da Agricultura foi difícil conter que as EMATER's dos estados ficassem à mercê de políticas de ajuste estrutural e das difíceis condições de aporte financeiros para custeá-las. Além das dificuldades financeiras dos estados se viu também a influência de interesses políticos dominantes em cada região sobre os destinos oficiais das entidades de ATER. Desde então caiu à participação financeira do governo federal passando ser irrisória em relação aos orçamentos das empresas de ATER do setor público existente. Crise está em que municípios e estados mais pobres neste processo de desmonte acabaram por eliminar quase que por completo estes serviços (MDA, 2004).

Em 1988 com a promulgação da nova Constituição Federal e a Lei Agrícola de 1991 (Lei nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991), determinam que a União mantenha serviços de ATER pública e gratuita para os pequenos agricultores, a cargo do MDA, com vistas a atender as necessidades da agricultura familiar, de forma coerente com as estratégias de desenvolvimento do país (BRASIL, 2017).

As mudanças começam a tornar forma com a nova ATER, quando do decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, passa a coordenação para a Secretaria da Agricultura Familiar – SAF e do Ministério do Desenvolvimento Rural – MDA com as ações voltadas aos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas e outros povos tradicionais (MDA, 2004).

A ação também faz parte da consolidação de um governo democrático e popular, abrindo o caminho para a participação das políticas públicas, ficando a disposição da população mais necessitada. O plano também enfoca a nova exigência de parte da sociedade o imperativo socioambiental e o desafio de apoiar estratégias de desenvolvimento sustentável (MDA, 2004).

Além disso, tem como objetivo contrapor-se aos resultados negativos da chamada “Revolução Verde”³ e problemas advindos dos modelos convencionais de extensionistas baseados no difusionismo (modo vertical, não participativo), para construção de um novo instrumento capaz de além de um novo estilo de desenvolvimento rural assegurar uma produção alimentar e nutricional para população urbana e rural (MDA, 2004).

Dentro do contexto desses planos estratégicos e com a ascensão de um governo popular, eis que surge o lançamento de um plano de governo entre 2003 e 2006 chamada “NOVA ATER”. A criação de uma Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural- PNATER de responsabilidade do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) que visava principalmente à agricultura familiar que tinha entre as novas políticas o seu fortalecimento. A linha pragmática se torna o desenvolvimento sustentável, a atuação de organizações governamentais e não governamentais relações de gênero (mulher campesina), agroecologia, assentados da reforma agrária, inclusão social, democracia e cidadania, metodologias participativas, importância dos povos (povos tradicionais) e sistemas de produção, avanços de recursos. (UFFRJ, 2013)⁴.

2.2. A EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL: A EMATER/RS-ASCAR E SUA ATUAÇÃO

A história da extensão rural no Rio Grande do Sul se confunde com a própria história da EMATER-RS/ASCAR. A trajetória dessa instituição inicia-se a partir da lei federal nº 6.126 de 06 de novembro de 1974 que criou a EMBRATER – Empresa

³ Criada em 1966 em Washington (EUA) na verdade rebatizou a modernização agrícola que existia desde 1940. Consistia no aumento da produtividade através do desenvolvimento de pesquisas de sementes, fertilização do solo com adubação química, mecanização das lavouras. Efeitos foram à degradação do meio ambiente e expulsão do pequeno agricultor do campo. Fonte: <http://brasilecola.uol.com.br/geografia/revolucao-verde.htm>.

⁴ A nova ATER: do sonho a realidade – Núcleo interdisciplinar de Agroecologia. (www.youtube.com). Duração 37 minutos, produzido em 06 de outubro de 2013 pelo MDA.

Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. Essa foi então, vinculada ao Ministério da Agricultura, criada com o objetivo de colaborar com os órgãos competentes do mesmo ministério, na formação e execução das políticas de assistência técnica e extensão rural. Tinha como objetivo a promoção, estímulo e coordenação de programas do ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), visando à difusão do conhecimento científico de natureza técnica, econômica e social. Além disso, visava colaborar com os estados da nação na criação, implantação e operação na inserção das políticas de extensão rural (BRASIL, 1974).

A EMBRATER passa, então, a servir de parâmetro para constituições das empresas de ATER nos estados, tanto na forma de organização, objetivos e finalidades (BRASIL, 1974).

Neste sentido, conforme Olinger (1996, apud DEPONTI, 2010)

[...] a EMBRATER iniciou contatos com os governos estaduais, recomendando a criação das EMATER- Empresas Estaduais de Extensão Rural e Assistência Técnica, que deveriam substituir as Associações de Crédito e Assistência Rural. (p.97).

No caso do Rio Grande do Sul houve discordância em extinguir a ASCAR e foi criada a EMATER em 14 de março de 1977, passando a existir as duas entidades com personalidade jurídicas distintas. A ASCAR era uma associação civil sem fins lucrativos e de direito privado, enquanto que, a EMATER foi constituída uma empresa pública estadual de direito privado nos moldes da EMBRATER. Em 18 de dezembro de 1980, estabelece-se uma administração conjugada e adota-se o nome de EMATER/RS-ASCAR. Esta conjunção tinha um interesse maior em preservar a existência da ASCAR por ter já a certificação filantrópica.⁵

Os fundadores da EMATER-RS, segundo Deponti (2010), foram a Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, Ministério da Agricultura, EMBRATER, Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL), Federação

⁵ Entidades filantrópicas gozam de benefícios legais como isenção de pagamento de obrigações sociais como a contribuição previdenciária patronal, imposto de renda pessoa jurídico, imposto sobre veículos automotores (IPVA), imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN). Com esta desoneração destes custos bastante expressivos tornou as entidades mais fortes nos seus objetivos. (DEPONTI, 2010, p.98)

dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG) e a Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGS).

Conforme artigo 7º do estatuto da EMATER-RS, estes fundadores citados fazem parte como membros, com exceção da EMBRATER, mais os mantenedores e cooperadores. Pelo artigo 9º do mesmo estatuto “são considerados como mantenedores aos órgãos e entidades públicas ou privadas que a critério do Conselho Técnico Administrativo, venham a contribuir com recursos financeiros para a execução de programas da EMATER-RS”. Já no artigo 10º o estatuto prevê que: “serão considerados membros cooperadores os órgãos e entidades públicos ou privados que, a critério Conselho Técnico Administrativo emprestar colaboração significativa à execução das atividades da EMATER/RS”. A organização administrativa e geral conforme o artigo 13º fica composto da seguinte forma: “I – Conselho Técnico Administrativo (CTA), órgão de caráter normativo e deliberativo; II – Diretoria Executiva; III – Conselho Fiscal”. (EMATER, 2009).

Os objetivos declarados no estatuto da entidade conforme o artigo 4º são:

I – constituir-se, dentro do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, no principal instrumento de execução das atividades de assistência técnica em todo o estado do Rio Grande do Sul; II – colaborar com os órgãos e entidades competentes do Ministério da Agricultura e da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, bem como as demais entidades vinculadas aos sistemas federal e estadual da agricultura, pecuária e abastecimento, na formulação e execução das políticas de assistência técnica e extensão rural; III- planejar, coordenar e executar programas de assistência de extensão rural visando à difusão de conhecimento de natureza técnica econômica e social, para aumento da produtividade agropecuária e a melhoria das condições de vida no meio rural do Rio Grande do Sul. (EMATER, 2009).

Desde o surgimento da extensão rural no Rio Grande do Sul, foram implantados diferentes modelos de ações da ASCAR-RS. Segundo CAPORAL (2009), os extensionistas atuaram tanto nas atividades agrícolas, como em outras atividades para a melhoria da qualidade de vida da população rural, com ênfase para os mais vulneráveis, além de programas diferenciados com jovens, mulheres e idosos. O autor chama essa forma de “modelo clássico de extensão” que desde o início está apoiada em bases teóricas das escolas sociológicas hegemônicas, com ênfase aos estudos da comunidade. Ele afirma que, mesmo tendo sofrido algumas modificações ou atualizações nas últimas quatro décadas, esse modelo faz parte da história da ASCAR-RS, sendo uma das suas mais importantes peculiaridades.

A entidade é a única no país que tem esta atuação capilarizada em quase todos os municípios do estado, por realizar ações no campo do desenvolvimento rural, agricultura e bem estar social. De acordo com Bracagioli Neto (2014), dos 497 municípios do estado, a EMATER/RS-ASCAR opera em 493, principalmente fazendo parte dos conselhos municipais de desenvolvimento agropecuário e desenvolvimento social. Conforme relatório de 2015 da entidade, esse número de municípios, em que ela atua, foi atualizado para 495.

Segundo Costa (2001), em 1985, a EMATER/RS foi signatária de uma Conferência internacional de Tecnologia Rural Sustentável, onde foi desenvolvida uma agenda com ênfase nesse modelo de desenvolvimento já mencionado no parágrafo acima. Já no período de 1997-2000 a entidade adota o plano estratégico comprometido com o desenvolvimento rural sustentável e de base agroecológica.

Com as mudanças de rumo político na condução das políticas públicas do estado, a proposta da agroecologia está sendo defendida como uma forma de melhorar a qualidade do meio ambiente, no qual se incluem os agricultores e as formas de organização da forma de produção. A nova extensão rural traz em si um caráter reflexivo, através da validação e utilização de práticas alternativas de manejo dos solos e dos animais. Além disso, existe um compromisso claro com os excluídos do campo e com a reforma agrária, o que dará com certeza novos rumos à extensão rural no estado. (COSTA, 2001 p. 22).

Para ilustrar as atividades da instituição, a entidade disponibiliza um relatório anual, os quais ficam registrados o norteamento das atividades no que tange a metodologia e as metas a serem alcançadas, bem como, resultados obtidos, a partir de tabelas quantitativas. O relatório descrito aqui é o mais recente que data do ano de 2015.

Segundo o relatório, a atuação da entidade está descrita da seguinte forma:

I - Defesas e garantias de direitos – Acesso a direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. Priorizando: a) gênero e geração, trabalhando com mulheres, jovens e idosos; b) povos e comunidades tradicionais – indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas (catadores de pinhão); c) Pessoas com deficiência; d) formação continuada de agricultores/as e técnicos; e) agricultura urbana. II – Inclusão social e produtiva. Acesso aos meios de produção, organização e comercialização dos alimentos. Prioridade para: a) Segurança e soberania alimentar; b) culturas e criações; c) formas organizativas/cooperativismo; d) comercialização/armazenagem; e) turismo rural/artesanato; f) agroindústria. III – Ações socioambientais- Acesso a conhecimento e tecnologias pelo qual o processo de produção pode se tornar mais limpo e mais eficiente para gerar mais sustentabilidade. Atuação neste eixo se fixou em: a) Recursos hídricos; b) solos; c) educação ambiental; d) produção de alimentos

limpos/redução do uso de agrotóxicos com manejo integrado de pragas e doenças nos cultivos. (EMATER, 2016).

Descritos os objetivos e as ações a ser desenvolvido, o relatório passa a mostrar os resultados obtidos a partir de tabelas abaixo (adaptadas pelo autor). A entidade assistiu um total de 213.960 famílias, totalizando 314.355 indivíduos, sendo 137.692 mulheres e 176.663 homens.

Tabela 1: O público beneficiário da EMATER-RS/ASCAR em relação ao perfil de propriedade rural

| Perfil do público assistido | Número de indivíduos |
|---------------------------------------|-----------------------------|
| Agricultor empresarial | 795 |
| Agricultor familiar capitalizado | 3.581 |
| Agricultor familiar de mercado | 112.145 |
| Agricultor familiar de sobrevivência | 11.461 |
| Agricultor familiar de subsistência | 49.075 |
| Assentado reforma agrária | 6.963 |
| Indígena | 4.053 |
| Outros (não agricultores específicos) | 14.935 |
| Pecuarista familiar | 5.884 |
| Pescador artesanal | 3.325 |
| Quilombolas | 2.016 |

Fonte: SISPLAN-EMATER/RS-ASCAR, adaptado pelo autor (2017).

Tabela 2: O público beneficiário da EMATER-RS/ASCAR em relação à categoria

| Público quanto a categoria | Número de indivíduos |
|-----------------------------------|-----------------------------|
| Adulto | 178.564 |
| Jovem | 39.868 |
| Criança | 9.297 |
| Idosos | 85.164 |

Fonte: SISPLAN-EMATER/RS-ASCAR, adaptado pelo autor (2017)

De um modo geral notamos que a entidade preocupa-se com a questão da diversidade, pois, seu trabalho se voltou a populações vulneráveis e de caráter minoritário. Nota-se que se somarmos os agricultores familiares de subsistência,

assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas e pecuaristas e pescadores artesanais, são mais de 88 mil sujeitos assistidos pela instituição.

Em alusão as políticas públicas, percebe-se o destaque para segurança e soberania alimentar com os números demonstrados no relatório.

Tabela 3: Referente às famílias e sujeitos atingidos pela extensão no que se refere a feiras/ feiradas e participação em projetos de produção de alimentos

| | |
|---|-----------------|
| Famílias assistidas | 64.383 |
| Feira Abastecimento local | 4.384 famílias |
| Feira Regional | 53.120 famílias |
| Participação mercado institucional- PNAE- Fornecedores | 4.302 famílias |
| Participação mercado institucional- PAA- fornecedores | 1.927 famílias |
| Educação alimentar | 47.206 pessoas |
| Educação alimentar nas escolas | 89.570 pessoas |
| Assessoramento a Conselhos de Alimentação Escolar (CAE)/Participação em Conselho Municipal de Segurança Alimentar(COMSEA) | 117 famílias |
| Intercâmbio de mudas e sementes crioulas | 9.841 famílias |

Fonte: EMATER/RS-ASCAR (2016), adaptado pelo autor (2017).

Tabela 4: Referente aos sujeitos atingidos pela extensão no que se refere a produção ecológica e convencional para abastecimento e autoconsumo

| Tipo de produção | Sujeitos assistidos |
|--|----------------------------|
| Produção convencional para abastecimento | 78.814 |
| Produção ecológica para abastecimento | 7.945 |
| Produção Convencional para autoconsumo | 33.406 |
| Produção ecológica para autoconsumo | 23.119 |

Fonte: EMATER/RS-ASCAR (2016), adaptado pelo autor (2017).

Em uma breve análise do quadro podemos constatar um número maior de fornecedores assistidos são do PNAE em relação ao PAA, sendo que este último é uma política mais antiga que a primeira. Também pode-se observar que o número

de agricultores convencionais tem uma superioridade numérica considerável aos produtores ecológicos. Além disso, é significativa a presença da entidade no quesito “educação alimentar”, tanto em escolas como nas organizações de agricultores.

Uma questão que vem preocupando a entidade são os cortes no orçamento do Rio Grande do Sul através do governo do estado na gestão Ivo Sartori (2015-2018). A coluna de Zero Hora do dia 20 de outubro de 2017, *Campo Aberto* da jornalista Gisele Loeblein destaca sob o título de: *Fechando as contas da EMATER em 2018*, traz à tona esse fato importante que preocupa muito aos segmentos ligados a agricultura familiar:

A preocupação em manter os recursos necessários para garantir o funcionamento da Emater sem cortes de pessoal no próximo ano motivou audiência pública, ontem na Assembleia Legislativa. Segundo a direção da entidade, do convênio com o governo do Estado, estão previstos R\$ 185 milhões para 2018 - neste ano, o volume aprovado havia sido de R\$ 167 milhões (LOEBLEIN, 2017, p.20).

Salienta a colunista que “para manter o quadro atual com segurança são necessários 200 milhões por ano”. Em entrevista com presidente da entidade Clair Kuhn, se referindo as emendas parlamentares apresentadas por deputados da oposição e da situação: “se vier recursos proposto pela Assembleia, será possível fechar a conta”. As emendas que trata o artigo são dos deputados Jeferson Fernandes, Zé Nunes e Altemir Tortelli do Partido dos Trabalhadores – PT, somando 17 milhões, mais dos deputados Elton Weber do Partido Socialista Brasileiro - PSB e Edson Brum do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, adicionam mais 20 milhões. Conforme afirmação do deputado Fernandes à coluna, se somadas estas emendas chega ao montante de 197 milhões nos patamares de 2014, pois há necessidade de se manter a folha de pagamento.⁶

2.3 PNAE – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: ORIGEM E FORMAÇÃO.

De acordo com Mielitz *et.al* (2010) as políticas públicas para agricultura familiar começaram abrir espaço e ecoaram com as reivindicações dos movimentos sociais no começo dos anos 90. Ainda conforme os autores, campanhas anuais

⁶ Um ato foi realizado no dia 22 de outubro de 2017, no Parque Farroupilha, área central de Porto Alegre, com a distribuição de duas mil mudas, com o intuito de mostrar à população urbana a importância da entidade.

sucessivas como do Grito da Terra Brasil, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, em 1993 geram o Programa de Valorização do Pequeno Agricultor que seria o embrião do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) criado em 1994. Este programa voltado para a categoria dos agricultores familiares que passam a ter reconhecimento legal pela Lei da Agricultura Familiar, nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

O enquadramento de agricultor familiar no artigo 3º da lei exige os seguintes requisitos:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I) não detenha a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III) tenha percentual mínimo da renda familiar originada das atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento na forma decidido pelo Poder Executivo;
- IV) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

(BRASIL, 2006)

Para entender como funciona o PNAE, o objeto dessa pesquisa, é necessário entender as suas origens históricas. Sobre alimentação escolar as discussões começam no Brasil em 1930, num quadro de debate do direito humano a ter acesso à alimentação saudável e equilibrada, que também perpassavam discussões voltadas ao combate a deficiência nutricional e fome (PEIXINHO, 2013 apud SILVA, 2015).

Na década de 1950, inicia a história da alimentação escolar. Nesse sentido, Josué de Castro⁷, político, médico epidemiologista e geógrafo, notabilizado pela preocupação com a fome e a miséria no Brasil e no mundo, Presidente do Conselho Executivo da FAO (*Food and Agriculture Organization*), em 1951, junto ao Ministério da Saúde, lança o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição. Este plano consistia em uma mobilização nacional para arrecadar alimentos que garantissem as crianças de escolas públicas tivessem acesso garantido ao menos uma refeição diária

⁷ Deputado Federal em 1958. Exilado em 1964 pela ditadura militar no Brasil. (ANDRADE, 1997 apud WAGNER, 2009).

(TUPPIN, 2008; TRICHES, 2010; PEIXINHO, 2013, apud SILVA, 2015). Em 1955, passa a se chamar: Campanha de Merenda Escolar.

A constituição de 1988 no seu artigo 208 diz:

é dever do Estado com a educação que será efetivada mediante garantia: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que não tiveram na idade própria; VII – atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de matéria didático escolar, transporte, alimentação (grifo nosso) e assistência médica. (redação da Emenda Constitucional nº 59 de 2009) (BRASIL, 2009).

O que evidencia esse artigo e nos itens destacados, além da educação gratuita a educação básica para crianças, jovens, incluindo os adultos que não tiveram acesso à alfabetização, é a importância da segurança alimentar das crianças.

Ao longo dos anos, nota-se uma série de modificações no que se refere a gestão do programa. Segundo Correa (2016):

De 1988 a 1993 o MEC foi responsável pela execução do programa de forma centralizada, responsável inclusive pela distribuição dos alimentos em todo território nacional. Em 1994 se deu a descentralização, repassando a execução do PNAE para municípios e para as secretarias estaduais de educação, através de transferência automática de recursos pelo FNDE (órgão financiador do PNAE), garantindo agilidade no processo (CORREA, 2016, p. 34).

De acordo com Turpin (2008, apud SILVA, 2015),

até os meados da década de 1990 a aquisição dos gêneros alimentícios era centralizada pelo governo federal. Os alimentos sendo adquiridos via licitação e estocados em Brasília e distribuídas para todo o território brasileiro. Devido ao tempo dispendido entre a aquisição e consumo dos alimentos esses eram principalmente industrializados, altamente processados como leite em pó, achocolatados, biscoitos e carne enlatada (p. 78).

Neste viés a mesma autora aponta a manifestação do Conselho Nacional de Saúde:

Em vista disso o Conselho Nacional de Saúde começou a questionar a qualidade nutricional da alimentação fornecida nas escolas e propor que a compra fosse descentralizada. Devido à forma de aquisição e distribuição dos alimentos havia sérios problemas no transporte adequado e armazenamento dos produtos comprados. Além disso, via-se nas compras governamentais a possibilidade de dinamizar a economia local, tendo em

vista que as compras de gêneros alimentícios para a alimentação escolar poderiam ser feitas localmente. (CECANE, 2012; PEIXINHO, 2013, apud SILVA, 2015 p. 78).

Com promulgação da lei nº 8913 de 12 de julho de 1994, descentralizou a gestão dos recursos da alimentação escolar. Através de convênios entre a União Federal e as secretarias de educação dos estados e distrito federal, os recursos federais passaram a serem executados pelas administrações públicas estaduais e municipais, recursos estes exclusivos para compra de alimentos e adquiridos em suas localidades (CECANE, 2012 apud SILVA, 2015).

Ainda de acordo com Silva (2015):

Em vista da continuidade dos entraves de gerenciamento de recursos destinados a educação, em 1998 o governo federal criou Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) autarquia vinculada ao Ministério da Educação e Cultura – MEC , que passou a gerir os recursos da alimentação escolar. Através da Medida Provisória nº 1784 de 14 de dezembro de 1998, a descentralização foi consolidada. O repasse passou a ser direto através do FNDE a todos os municípios e Secretarias de Educação dos estados, sem necessidade de celebração de convênios. (SILVA, 2015 p. 78).

Em 2001, o governo federal determinou que as verbas repassadas pelo FNDE aos estados e municípios, que no mínimo de 70% (setenta por cento) fossem aplicados em compras de produtos básicos de acordo com os hábitos alimentares e produção agrícola local. As intenções de incentivar esta modalidade de compra deveriam continuar regidas pela Lei das Licitações. Conforme a mesma autora, definiu como que “na prática isto significou modificações no meio de compra, mas a forma continuava a mesma. Mudou-se quem efetuava a compra, mas não mudou de quem se compra” (SILVA 2015 p.78-79).

Em 2003, com a criação do Programa de Aquisições de Alimentos – PAA, a modalidade de compra direta deu permissão que municípios comprassem produtos da agricultura familiar e as fizessem em escolas públicas e filantrópicas. Pontos positivos se evidenciaram como os cardápios da alimentação escolar passassem a consumir produtos *in natura*, respeito aos hábitos alimentares regionais, valorização da agricultura familiar e educação alimentar saudável (SILVA, 2015).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em 2009, regulamentada pela lei federal nº 11.947 regularizou as diretrizes da alimentação escolar para a rede pública de educação básica. Os aportes financeiros do programa

consignados no orçamento da União Federal para execução passam a serem repassados em parcelas aos estados, municípios, ao Distrito Federal e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (BRASIL, 2009)

Pelo artigo 14º da referida lei,

[...] do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendimento familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Mielitz Neto *et al.* (2010), enfatiza que este programa proporciona uma relativa garantia de mercado para a agricultura familiar local ou das proximidades. Outro efeito positivo é de induzir os agricultores a melhorarem o fator qualidade de sua produção por exigências do programa. O associativismo é estimulado neste contexto, pois promove criação de grupos, associações e cooperativas, para beneficiar e industrializar a produção.

O PNAE hoje é consequência destas políticas públicas e executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE e é a mais antiga política pública de segurança alimentar e nutricional em vigor no país (FNDE, 2017).

3. A EMATER/RS-ASCAR EM SÃO LOURENÇO DO SUL

Este é o referencial da pesquisa onde efetuamos as coletas de dados do local geográfico onde estão os nossos objetivos pesquisados a entidade EMATER e suas ações com políticas públicas.

3.1 O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL

De acordo com Lima (2006), São Lourenço do Sul está localizado na parte centro sul do estado do Rio Grande do Sul e fica a margem oeste pela Lagoa dos Patos. Distante a 161 km da capital do estado Porto Alegre e 60 km de Pelotas que é cidade polo da região. Tem como municípios vizinhos ao norte Cristal, ao Sul Turuçu e Pelotas, ao oeste Canguçu. Está ligada pela BR 116 tanto norte como sul que corta o município a 5 km de centro da cidade. Outra malha rodoviária mais recente é a RS 265 que inicia no perímetro urbano da cidade ligando pelo meio rural do município até Canguçu e se estende até Piratini. Em todo município existem estradas vicinais, sem pavimentação num total aproximado de 2.800 km. Tem como paisagem a Planície Costeira e o Escudo Sul Rio Grandense. Clima do município é temperado úmido com temperaturas médias no mês mais quente entre 22° e a anual inferior a 18°. Altitudes oscilam de 25 a 400 m do nível do mar. Precipitações entre 1.300 e 1.400 mm anuais, distribuídos ao longo das estações.

A população de São Lourenço do Sul, segundo o censo de 2010, era de 43.111 habitantes dos quais 21.495 mulheres, 21.619 homens, população urbana 24.327 e rural 18.674 distribuídas numa superfície total de 2.036,12 km² equivalente a 21,17 habitantes por km² (IBGE, 2010).

Segundo Lima (2006), a ocupação humana do território foi através da colonização pelos europeus. No século XVIII por sesmeiros (divisão de terras por sesmarias) de origem colonial portuguesa açoriana que ocuparam as planícies e platôs. No século XIX nas encostas e nos domos coma colonização alemã pomerana. O processo de colonização não perdeu muito as características até hoje com relação estrutura fundiária, parcelas de pequenas propriedades pela colonização alemã pomerana e grandes e médias pelos descendentes de portugueses. Pela paisagem pode se observar o domínio em termos de produção agropecuária pelo tipo de solo e relevo. As terras baixas (planície) são ocupadas

pela cultura do arroz irrigado e gado de corte. Este espaço representa 40% (quarenta por cento) da área rural do município, mas a divisão de propriedades pouco mais de uma centena. Entre planície e serra, ao lado direito da BR 116 no sentido norte a sul, tem uma área de transição, onde se produz soja, leite, arroz e gado de corte. Na serra que vai da área de transição em direção ao oeste é ocupado pela agricultura de base familiar, intensa ocupação de mão de obra, baixa mecanização e produção de pecuária leiteira, cultivos de tabaco, milho feijão, batata inglesa e hortaliças.

3.2 - AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO

O histórico da formação da agricultura familiar no município é datado desde 1850 quando o alemão radicado em São Lourenço do Sul Jacob Rheingantz fez sociedade com o estancieiro José Antônio de Oliveira Guimarães. O contrato estabelecia que Guimarães adquirisse as sesmarias e Rheingantz recrutar os colonos e fazer o loteamento definindo o tamanho de cada área e fazer o assentamento, com aquisição de ferramentas e alimentação pelos primeiros seis meses de sua chegada como imigrantes. No começo de 1858 chegaram os primeiros colonos de Altona, Prússia, Saxônia, Hamburgo, Holstein, România, Osterfeld, Lubeck e Pomerânia num total de 88 (WAGNER, 2009).

Em seu livro o memorialista Edilberto Luiz Hammes (2014) escreve:

Os imigrantes das mais diversas raças e etnias adotariam de forma consciente a nova pátria, que enriqueceu com esses novos valores humanos e culturais. E, dentre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul foi um dos que mais fortemente se beneficiou com as correntes migratórias, principalmente dos açorianos, alemães e italianos que marcariam decisivamente sua presença por aqui, imprimindo, nessa mais meridional nesga nacional, uma nova fisionomia (HAMMES, 2014, p. 15).

E, continua a escrita como uma exaltação porque o município de São Lourenço do Sul foi povoado por estes imigrantes:

[...] e para nós, lourencianos⁸, em particular, temos que agradecer o destino por ter trazido para cá povos germânicos que com golpes de machado e martelo, com sementes ou máquinas, calejando suas mãos, e, com ajuda de bois e de cavalos, marcaram sua presença, ajudando a formar um município extraordinariamente progressista, a partir de uma ilha agrícola

⁸ Gentílico do morador ou nascido em São Lourenço do Sul.(IBGE).

numa mancha florestal, no meio de uma zona luso-brasileira de pecuária. (HAMMES, 2014, p. 15).

Para Lima (2006), dois sistemas agrários foram os condicionantes para a ocupação e valorização econômica do Rio Grande do Sul: o pastoril nas áreas de campo e o agrícola com predomínio nas áreas de matas. O desenvolvimento deu-se cronologicamente defasados e justapostos. O sistema pastoril por uma elite que ao longo do século XVII e parte do século XIX, incorporou novas áreas de campos através de conquistas militares. Eis o desprezo em expandir as atividades sobre áreas florestais, pois não se adequavam à pecuária e implicavam em altos custos. Os projetos de colonização no início do século XIX foram criados nestas áreas disponíveis ocupados por pequenos agricultores desenvolvendo um sistema agrário com a dinâmica que não tinha praticamente nenhum vínculo econômico ou sócio cultural com a pecuária. Conforme a descrição da autora, podemos constatar que São Lourenço do Sul está enquadrado neste aspecto que foi mencionado no item anterior da ocupação territorial.

Os imigrantes alemães pomeranos que povoaram o município foram assentados em lotes de terras que variavam entre 24 e 48 hectares. Praticaram inicialmente o cultivo através da derrubada queimada, passaram por todas as fases da evolução tecnológicas de produção agrícolas praticadas no país, inclusive a dos anos de 1970 com agricultura moderna, mas a sua estrutura fundiária ainda permanece hoje devido às sucessões familiares muito preservadas (LIMA, 2006 e HAMMES, 2014).

Uma nova era da agricultura familiar, é necessário destacar o papel do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), ONG ligada a Igreja Luterana na Alemanha que no final dos anos 1980, iniciou um trabalho de formação com agricultores familiares e que atua até hoje na região de Pelotas e arredores. Surgiu do CAPA a ideia da constituição da COOPAR em 1992 (Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul) que conta hoje com mais de 2.000 famílias de agricultores familiares associadas, com sede em Boa Vista – 6º distrito do município e que hoje é canal de comercialização de produtos e também facilitador de compra de equipamentos, além de possuir um posto de gasolina. (WAGNER, 2009).

Conforme consta no histórico da COOPAR, a ausência notada pelos técnicos do CAPA da falta de organização dos agricultores em associações comunitárias no meio rural, naquele época quando começaram os trabalhos. Para viabilizar o

trabalho técnico na agricultura, saúde e formação foram formados grupos de famílias, com apoio dos pastores da igreja luterana que pertenciam a Igreja de Confissão Luterana do BRASIL-IECLB. O ponto de preocupação dos agricultores era a comercialização de alimentos, porque era tradicional a venda de sua produção para pequenos comerciantes localizados em seus distritos e os atravessadores. Estes já não conseguiam mais atender as necessidades do mercado e a plantação do tabaco surgia como alternativa econômica na propriedade. O associativismo tornou-se uma necessidade de organização para posterior surgir um cooperativismo hoje consolidado (COOPAR, 2017).

Com a consolidação da COOPAR como uma cooperativa de comercialização da produção, também surgiu a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares (SULECOLÓGICA), formada por oito municípios (incluindo São Lourenço do Sul), que também foi incubada pelo CAPA em 2001. Em consequência na área de crédito cooperativo foi fundada em 2003 a Cooperativa de Crédito com Interação Solidária (CRESOL), além das entidades sindicais Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF) fundado em 2008 ligados a Federação dos trabalhadores na agricultura familiar da região sul (FETRAF-SUL).

Conforme Censo Agropecuário IBGE (2006) publicado em 2009, São Lourenço do Sul possui 3.814 estabelecimentos enquadrados como agricultura familiar que ocupa 77.118 hectares formando uma média de 20,21 hectares por estabelecimento. Enquanto que não familiar 513 estabelecimentos ocupando 94.214 hectares, uma média de 183,65 hectares por estabelecimento. A não familiar ocupa 54,99% por cento de território enquanto que a familiar representa 88,14% do número de propriedades.

3.3 – EMATER/RS – ASCAR EM SÃO LOURENÇO DO SUL

Aqui um breve histórico de sua fundação há 98 anos após o início da colonização alemã/pomerana no município que era maioria moradora da área rural e organizada como agricultura familiar. E, sua estrutura hoje 61 anos depois.

A ASCAR, em São Lourenço do Sul, uma das pioneiras conforme HAMMES, (2014), relata:

O colono do nosso município desde que começou a plantar, sempre o fez empiricamente, sem qualquer conhecimento científico daquilo que estava

fazendo. No início de 1956, as lideranças municipais, preocupadas com a baixa produtividade, aliada com o abandono social em que se encontravam os agricultores à época, resolveu – sentindo o clamor da população rural e sabendo da existência da criação da Ascar – se aliar, através de um convênio, com a Associação, trazendo para cá um escritório daquela entidade, quase pioneiro, já que foi um dos primeiros a ser implantados no Rio Grande do Sul. Carentes os colonos de maiores conhecimentos, essa união visava o aprimoramento das técnicas de plantio e, por conseguinte, da melhoria do padrão de vida do plantador especialmente de pequenas lavouras. Assim, o escritório da Ascar em São Lourenço do Sul, foi inaugurado no dia 03 de maio de 1956, com a presença de grande número de pessoas entre autoridades, convidados e assistentes. Seriam os seus primeiros responsáveis o eng^o. agr^o. Jose Carlos Azevedo *von Ameln*, Luci Keller e a secretária Marli Raphael (HAMMES, 2014, p. 496).

Segundo Ramone Ludtke, assistente administrativo, do Escritório da EMATER em São Lourenço do Sul, o mesmo começou a funcionar em 01 de fevereiro de 1956 e está ligado ao escritório regional de Pelotas. Atualmente conta com um contingente de 4 engenheiros agrônomos, 3 técnicos em agropecuária, uma bacharel em economia doméstica, uma socióloga, uma assistente administrativo. Participa com representatividade nos conselhos municipais: Conselho Agropecuário, Conselho do Meio Ambiente, Conselho da Saúde, Conselho da Assistência Social, Conselho das Cidades, Defesa Civil, Conselho de Segurança e do Conselho do PAA. É mantido financeiramente por repasses do estado e o convenio com a prefeitura municipal. Conforme o portal de transparência da entidade tem recursos federais através de chamadas públicas e recursos próprios com a classificação de produtos. Não há dados estatísticos quantitativos individualizados do escritório local, pois muitas ações são efetuadas em conjunto com a regional de Pelotas e entram na prestação global de todo estado.

4. O PNAE EM SÃO LOURENÇO DO SUL

O PNAE envolve uma série de entidades e agentes que concomitantemente atuam para seu funcionamento. São eles:

1. a prefeitura, na figura da Secretaria de Educação, que faz a gestão do projeto;
2. a EMATER-RS/ASCAR como prestadora de assistência técnica aos agricultores;
3. os agricultores familiares e as agroindústrias familiares como produtores e fornecedores;
4. a Cooperativa Sul Ecológica e Cooperativa Mista Pequenos Agricultores (COOPAR), como fornecedores da produção advindos de seus associados.

Conforme dados obtidos junto a Secretaria Municipal da Educação e Cultura (SMEC), aquisição de produtos da agricultura familiar específicos dos produtores do município estão assim distribuídos: 11 famílias entregam produtos in natura que são os hortícolas de forma individual; três agroindústrias familiares entregam biscoitos, sucos e doce de frutas; a COOPAR estabelecida no interior do município na Vila da Boa Vista no 6º distrito entrega leite, queijos e arroz; através da Cooperativa Sul Ecológica que tem área de abrangência em oito municípios da região incluindo São Lourenço do Sul fornece ovos e produtos hortícolas. Duas famílias de agricultores familiares de forma individual estabelecidos na região que faz parte o município fornecem feijão. Duas cooperativas de produção do estado estabelecidas na região do Vale dos Sinos fornecem carne de frango. A mensuração do número total de agricultores familiares que fornecem para o PNAE de São Lourenço do Sul, fica dificultada porque as cooperativas tem uma diversidade de produtos e a comercializam conforme as demanda em diversas políticas públicas em municípios da região, do estado e do país.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) do município, o PNAE atinge 36 escolas municipais, sendo elas: nove escolas de Educação Infantil; seis escolas de Ensino Fundamental na zona urbana; cinco escolas de Ensino Fundamental no meio rural e 16 escolas multisseriadas no meio rural, o que soma em torno de 3.750 educandos. De acordo com a Lei 11.947 de 16/06/2009 artigo 14, o percentual a ser atingido pelos municípios é de 30% da alimentação escolar ser proveniente de produção de agricultores familiares ou empreendimentos

familiares, porém São Lourenço do Sul sempre ultrapassa o que impõe a lei. As entrevistadas, Simone Wienke e Isolete Bammann, funcionárias da prefeitura assim se manifestaram:

No ano de 2017, a perspectiva é que a porcentagem a ser gasta com a agricultura familiar no município é de 68%. Somente de recursos repassados do FNDE. Também será investido em agricultura familiar recursos próprios do município, o qual chamamos de contrapartida (SMEC 2017.)

Nesse sentido, quem assiste os produtores com extensão rural e orientação técnica, certificação de produto orgânico, emissão de documentos fiscais, comercialização e condições higiênicas sanitárias adequadas são a EMATER e Centro de Apoio Promoção a Agroecologia (CAPA).

Os produtos ofertados atualmente provenientes da Agricultura Familiar são: **Orgânicos:** abóbora cabotiá, aipim, alface, batata doce, bergamota, beterraba, brócolis, cebola, cenoura, couve-flor, couve manteiga, espinafre, laranja para suco, laranja do “céu”, limão, maracujá, morango, repolho verde, tempero verde (salsinha e cebolinha) e vagem. **Convencionais:** abóbora cabotiá, aipim, banana prata, batata inglesa, batata doce, bergamota, beterraba, brócolis, cebola, cenoura, couve flor, laranja para suco, melancia, milho verde, morango, repolho verde, vagem, ovos de galinha vermelho, pepino (salada), pimentão e tomate. Os produtos que não foram disponibilizados (faltou oferta) são o alho, abacate, maçã e melão. (SMEC, 2017).

O corpo técnico da EMATER escritório local de São Lourenço do Sul, através da Bacharela em Economia Doméstica Maria Elizabete, informou que a entidade em São Lourenço do Sul atende a 2.284 famílias de agricultores familiares com propriedades na média de 22 hectares. Quanto a assistência no caso do PNAE os agricultores são atendidos de forma individual. E, que as entidades parceiras são a ONG CAPA (que foi incubadora da Cooperativa Sul Ecológica), Sindicato Rural e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

A entrevistada ao ser questionada se os agricultores assistidos acionam outras políticas públicas, afirma que:

Sim, PRONAF, Programa Estadual de Agroindústria Familiar, Cursos de formação através dos Centros de Treinamentos que a Emater/Ascar dispõe dentro de suas regiões bem como CETAC⁹- (Canguçu), CETRE¹⁰ (Erechim)

⁹ Centro de Treinamento de Agricultores de Canguçu (EMATER).

seguindo as demandas conforme a necessidade de cada empreendimento que buscam se capacitar dentro de suas áreas afins (técnica da EMATER).

Questionada a técnica da EMATER sobre a evolução socioeconômica e ambiental das famílias para o programa:

Através da participação do PNAE, houve uma grande melhoria de vida das famílias que estão nesta importante política pública, mas salientamos que essas famílias que fazem parte não vivem exclusivamente deste programa, possuem outras atividades, e outros espaços de comercialização, mas podemos destacar uma grande melhoria no âmbito ambiental bem como saneamento básico e melhoria dos arredores das propriedades, no âmbito social interação com os outros grupos em encontros trocas de informações e experiências relacionadas as práticas de fabricação de produtos, troca de experiências nas áreas de agroecologia. No âmbito econômico, aquisição de equipamentos para melhorias da agroindústria, compra de veículos para transporte de produção. O escritório municipal da EMATER realizou o Cadastro Ambiental.

Questionada sobre falhas e sucessos do programa:

Atraso no processo, devido a parte burocrática, produtos perecíveis por problemas de sazonalidade, como sucesso a busca de produtos locais, valorizando os agricultores para que os produtos sejam comercializados no município de São Lourenço do Sul.

Em entrevista com Karin Peglow – Extensionista Social, de 2009 a 2010 – no escritório da EMATER em São Lourenço do Sul, ela mencionou que o município, antes da própria lei do PNAE entrar em vigor, foi pioneiro em fornecer alimentação escolar vindo da agricultura familiar na região, pois já tinha um convênio com a CONAB, tipo PAA mas destinado para a merenda escolar.

Em 2009, quando o PNAE virou lei, a equipe da EMATER iniciou um trabalho junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Secretaria Municipal de Educação do município, no sentido de articular a produção, principalmente junto com as agroindústrias familiares que já existiam para o fornecimento ao programa. Foram realizados diversos encontros com o intuito de fazer um prognóstico da oferta por parte das agroindústrias e a demanda que o setor de merenda necessitava. Esse mapeamento foi acompanhado pelas nutricionistas do setor de merenda da SMEC, no que tangia aquisições e planejamento de produção. Karin destaca também que a primeira chamada pública foi em agosto de 2009, já com a nova lei em vigor, onde a

¹⁰ Centro de Treinamento de Erechim (EMATER).

composição dos itens priorizou os produtos regionais das cooperativas e principalmente das agroindústrias, para gerar motivação de sua legalização dessas.

Para Karin, a EMATER além de mediadora, assistia as agroindústrias como, por exemplo, de panificação. Ministrou cursos de Boas Práticas de Fabricação de Alimentos para as agroindústrias, fez testes em escolas com amostras acompanhadas pelas nutricionistas e ajudou na legalização. Apoiou as agroindústrias com a documentação necessária para participar das chamadas públicas e licitações.

Ela salienta também a parceria da EMATER com Centro de Apoio e Promoção a Agroecologia (CAPA), que já vinha atuando com experiências anteriores num projeto piloto junto a uma escola estadual, que depois veio dar origem a construção do PAA.

Enquanto que o PNAE é quase como “dinheiro carimbado”, isto é, forneceu o produto, emitiu documento fiscal tem data certa para receber. O PNAE tem esta facilidade, pois é pago com recurso vinculado das prefeituras com o FNDE.

A entrevistada vê o PNAE como um projeto consolidado no município, tanto que acumulou muitos prêmios¹¹ a nível nacional pela boa gestão se tornando uma referência em qualidade também. Mesmo com a troca da gestão municipal¹² teve continuidade e não se perdeu o que foi construído ao longo dos anos. Experiências salutaras como os alunos que são consumidores dos produtos, principalmente as agroindústrias, os alunos visitaram os locais de fabricação podendo constatar qualidade da produção. A entrevistada em conversa informal com alunos soube que alguns levaram a ideia aos pais, que na maioria são agricultores no intento se tornarem multiplicadores das boas práticas e diversificaram as atividades de suas propriedades.

O dirigente representativo da agricultura familiar Luís Weber, do Sindicato dos Trabalhadores Agricultura Familiar da Região Sul (SINTRAF) ligado a FETRAF SUL, também foi contatado para falar sobre o programa, mencionou que associados da

¹¹ Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, categoria Indígena e Quilombola em 2011 e 2013(cangucuonline.com.br.) ^{2º} Lugar no concurso de boas práticas da agricultura na merenda Escolar-agosto 2017(www.portaldecamagua.com.br)

¹² Em 2017 uma nova frente de sete partidos (PDT, PMDB, PSDB, PSB, PR, PP, DEM) assumiu o poder municipal, que anteriormente foi governado por doze anos pela chamada frente popular (PT e PCdoB), que implantou estas políticas públicas.

entidade participam do programa e o sindicato auxilia na organização dos projetos. Ele entende que a EMATER é uma parceria importante no programa e na aplicação das políticas públicas. De um modo geral a extensão rural liderada pela EMATER é imprescindível para desenvolver o rural do município, mas vê necessidade de ampliação em todos os aspectos, no ponto de vista dele, que lida diariamente com orientações para os associados, detecta muitas carências, principalmente com efetivo de pessoal técnico reduzido para atender as muitas demandas.

Para a pesquisa foi uma entrevista com a agricultora familiar e titular de agroindústria familiar Mirian Costa, moradora da localidade de Prado Novo, 5º distrito, associada à Cooperativa Sul Ecológica. Sobre o que a motivou participar dos programas:

Venho desde 2005, através da Cooperativa Sul Ecológica, em 2013 passei participar diretamente (a Agroindústria). A minha motivação maior é a aceitação de um produto orgânico e com valor de acordo com o mercado. Outra motivação é com a organização do setor responsável dentro das prefeituras onde ganho as licitações.

Com relação à assistência técnica Mirian Costa diz que foi muito importante o papel da EMATER na consolidação do projeto, pois ajudam a organizar a participação e também com projetos, tirando dúvidas e ajudando com a documentação. Além da EMATER a entidade CAPA ajudou a impulsionar o programa.

Quanto ao aspecto econômico, social e ambiental se houve evolução tanto no empreendimento, a entrevistada Mirian Costa afirmou que através do incentivo que teve a partir do programa de fomento está implantando agrofloresta¹³ na propriedade, participa de grupos, seminários e discussões sobre a temática da agroecologia. Além disso, também obteve a certificação de orgânicos na propriedade e na agroindústria pela ECOVIDA¹⁴.

Quanto a sucessos e falhas no programa Mirian ressalta que:

Nos dias atuais a maior falha é a falta ou a pouca verba para este programa, que vem em contradição ao sucesso que foi. Pois ele ajudou muito aos pequenos agricultores, que tinham um mercado certo para

¹³ Agro floresta ou sistemas agrofloretais (SAFs) são consórcios de culturas agrícolas com espécies arbóreas que podem ser utilizadas para restaurar florestas e áreas degradadas. (www.emnbrapa.br).

¹⁴ Rede de agroecologia ECOVIDA, pioneiro no desenvolvimento da certificação participativa, metodologia de verificação de conformidade, atua no RS, SC e PR. (ecovida.org.br/certificacao/)

comercializar e em contrapartida as crianças tinham uma alimentação de qualidade.

Para uma análise das informações e opiniões dos entrevistados, além das conquistas do extensionismo rural juntamente com as políticas públicas, há pontos a considerar:

- 1) O percentual acentuado de compra da merenda escolar por parte da municipalidade da agricultura familiar de 68%(sessenta e oito por cento) em relação a obrigatoriedade da lei que é de 30%(trinta por cento);
- 2) Boa oferta de produção local;
- 3) Evolução econômica das famílias com aquisições de equipamentos para melhorias na agroindústria, veículos e utilitários para transporte da produção;
- 4) Evolução social com interação com outros grupos em encontros e de troca de informações e experiências com as práticas de fabricação de produtos troca de experiências na área de agroecologia;
- 5) Na área ambiental, melhorias no saneamento básico e melhorias nos arredores da propriedade, Cadastro Ambiental Rural para conhecimento da nova legislação ambiental. Inovações com criação de agro florestas;
- 6) Aceitação da produção orgânica e valor de acordo com o mercado um ponto forte do PNAE;
- 7) Pioneirismo do município em fornecer merenda escolar advinda da agricultura familiar;
- 8) O público alvo beneficiado a classe estudantil, como multiplicadora da ideia da produção orgânica e boas práticas de produção de alimentos e diversificação da produção, pois o município tem uma produção acentuada de tabaco;
- 9) Premiação a nível nacional do município em gestão do programa.

5. CONCLUSÃO

A presença da EMATER-RS/ASCAR, tanto no estado do Rio Grande do Sul como no município de São Lourenço do Sul há mais de 60 anos é uma amostra da sua importância no desenvolvimento rural, principalmente no que tange a agricultura familiar. Destaca-se que a implantação do PNAE, quando a entidade mediu para adesão de participarem do programa, e organizou os atores para o estabelecimento dessa política pública no que tange a produção de alimentos por parte de agricultores familiares, priorizando produtos regionais *in natura* e das agroindústrias. Além disso, motivou e assessorou esses produtores a buscarem a sua legalização para a comercialização da sua produção. Especificamente ainda em relação ao PNAE percebe-se que o trabalho foi visivelmente percebido com sucesso, pois, o programa ganhou uma série de prêmios nacionais em relação a alimentação escolar.

Ademais, o esforço da EMATER-RS/ASCAR pode ser notado também a partir dos números dos seus relatórios, totalizando no documento mencionado nesse trabalho, um pouco mais de 213 mil famílias beneficiárias. Nesse sentido, observa-se que além do impacto técnico desse auxílio, a melhoria na produção e participação em projetos de venda garantida (caso do PNAE), há ainda uma melhoria nas condições econômicas dessas famílias, que tem acesso a uma gama maior de bens de consumo e serviços.

Ao final e ao cabo, esse trabalho procurou demonstrar o valor do extensionismo rural na figura da EMATER-RS/ASCAR e também refletir sobre a relação entre o técnico e o agricultor numa associação de respeito mútuo, na busca de alimentação de qualidade e cidadania para todos e todas.

Em depoimento de outros atores como a agricultora familiar Mirian Costa, e o representante sindical Luís Weber se torna imprescindível a sua presença para motivar e consolidar os projetos e programas.

Ainda, outro aspecto pelas características da população do município, que 43% residem na zona rural e praticamente todos são da agricultura familiar, não teríamos como mensurar o impacto que causaria a sua ausência ou findo o convênio com o município.

Oportuno também mencionar a mobilização dos deputados na assembleia que certamente são ligados a agricultura familiar, este esforço para complementar aporte financeiro com suas emendas parlamentares para que a entidade não venha sofrer cortes.

A afirmativa de Mielitz *et al* (2010) de que os três fatores positivos para o agricultor familiar que entornam o programa são a garantia de mercado, observância da qualidade por exigência do programa e formas de associativismo também são combustíveis para animar o sucesso do mesmo.

Os nove pontos apontados no final do item 4, nos dão uma amostra no bojo do programa, que o fator humano ficou em evidência e que agricultura familiar necessita constantemente de um olhar especial pelo poder público, como gerador de renda e cidadania.

Importante destacar o trabalho e autonomia das mulheres neste programa que fazem frente desde a produção e comercialização, assistência técnica e a coordenação da preparação final até chegar aos beneficiários à classe estudantil.

Mesmo com o sucesso do programa notam-se algumas fragilidades com relação ao futuro como a suficiência de verbas para as políticas públicas tanto para a continuidade da comercialização e assistência gratuita. Os entrevistados em conversas informais com o autor lançam um olhar com desconfiança a atual política econômica do país que está voltada aos grandes mercados. Observam alguns cortes orçamentários relacionadas com a agricultura familiar já em 2017. Outra preocupação com a diminuição da comercialização e diminuição do programa seria infortunado com relação aos investimentos de melhorias efetuados em estruturas, compra de utilitários ao longo do tempo feitos nas UPAS e agroindústrias familiares. Outro ponto a considerar que causaria uma desestimulada ainda maior a sucessão familiar nas atividades agrícolas que alguns estudos acadêmicos e pesquisas já apontam para este fenômeno.

REFERÊNCIAS:

- BRACAGIOLI NETO, A. **Arenas públicas, participação e mediação social**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós Graduação da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. 174 f. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/116707> acessado em 15 out. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Lei da Agricultura Familiar**. Brasília, DF., jul. 2006. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil-03/-ato2004-2006/lei/11326.htm> Acessado em 15 nov. 2017.
- CAPORAL, F.R. **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**/coordenado por Francisco Roberto Caporal – Brasília: 2009. 398p. il:ISBN. Disponível em <<http://www.cpatsa.embrapa.br.8080/publicaletronica/downloads/OPB2444.pdf>>acesso em 03 out. 2017.
- CASTRO, E. G. (2003). **El punto de inserción**. In R. Thorton & G. Cimadevilla (Orgs.), *La extensión rural em debate* (pp. 41-65). Buenos Aires: Ediciones INTA.
- CORREA, E.S. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar e sua relação com a agricultura familiar em unidade de produção agrícola de São Lourenço do Sul/RS**. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2016. 162 f. Disponível em <http://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/38150/000820613.pdf>? Acessado em 15 out.2017.
- COOPAR – **História**, Disponível em: <http://pomeranoalimentos.coop.br/?page_id=100> acessado em 06 dez 2017.
- COSTA, A. L.. **Extensão Rural e Meio Ambiente. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. FURG – Rio Grande –RS.ISSN-1517-1256-Volume 07-out. nov. dez. 2001. P. 1-25. Disponível em <<https://www.seer.furg.remea.>>acessado em 05 set. 2017.
- DEPONTI, C.M. **Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão pública no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul- Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011. 274 f.:il.
- EMATER - Área Técnica EMATER/ASCAR-RS – **Semeando ideias para colher alimentos**. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/inclusao-social-productiva/acoes-sociais-assistenciais.php#WWpXZYjyviU>> acessado em 15 out. 2017.

_____ **Relatório de Atividades 2015.** Disponível em <http://www.ematwer.tche.br/arquivos/relatorio/institucional/RELATORIO_DE_ATIVIDADES_2015.pdf> acessado em 20 set. 2017.

_____ **Estatuto.** Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/transparencia/EMATER_Estatuto_2009.pdf> acessado em 21 out. 2017.

FAVERO, E. SARRIERA J.C. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2009, vol. 12, n. 1, pp. 1-16 **Extensão rural e intervenção: velhas questões e novos desafios para os profissionais.** Eveline Favero¹ e Jorge Castellá Sarriera². Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FREIRE, P. (1977). **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HAMMES, E. L. **A imigração alemã para São Lourenço do Sul- Da formação de sua Colônia aos primeiros anos após seu sesquicentenário/**Edilberto Luiz Hammes. 1. Edição. São Leopoldo, RS: Studio Zeus, 2014. 734 p.

IBGE – **Censo agropecuário 2006.** Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/> acessado em 06 dez. 2017.

IBGE- **Censo 2010-** disponível em : <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431880&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas> Acessado em 16 set. 2017.

LOEBLEIN. G. Jornal Zero Hora- Campo Aberto- **Fechando as contas da Emater em 2018.** 20 out. 2017 – Porto Alegre- 20 out. 2017 – Porto Alegre- RS. Disponível em < <http://alfonsin.com.br/campo-aberto-gisele-loeblein-trigo-fora-do-tom-nas-lavouras-do-rs/> > acessado em 24 out. 2017.

LIMA, M.I.F. **Paisagem, Terroire sistemas agrários:** Um estudo em São Lourenço do Sul. 2006, 151p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) UFRGS. Faculdade de Ciências Econômicas Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11010>.> Acesso em: 15 jul. 2017.

MARA-LEI AGRICOLA DE 1991 - Ministério da Agricultura e Reforma Agrária- atualizado em 26 jan. 2017. Disponível em: <<http://agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/tecnologia-agropecuaria/arquivos-de-legislacoes-de-tecnologias/lei-no-8-171-de-17-de-janeiro-1991.pdf/view>> Acesso em: 15 jul. 2017.

MIELITZ NETO, C. G. A; MELO L. M. de; MAIA, C. M. – **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil.** Coordenado pelo Curso de Graduação Tecnológica- Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. 82 p.

PAA - **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>> Acessado em 16 out. 2017.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil – Uma abordagem histórica da Legislação** – Consultoria Legislativa do Senado Federal- Centro de Estudo- Brasília-DF- 2008. Disponível em: <www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao> acessado em 11 set 2017.

PNAE-**Referência mundial, o Programa Nacional de Alimentação Escolar completa 62 anos de conquistas**. Assessoria de Comunicação do FNDE – mar. 2017. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/10950>> Acessado em 12 out. 2017.

PNAE - **Lei 11947 de 16 de junho de 2009** - Presidência da Republica- Casa Civil- Sub chefia para Assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planato.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/1119> Acessado em 08 out. 2017.

PNATER -**Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**- Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, Secretaria da Agricultura Familiar – SAF – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, Brasília – mai. 2004. 22 p. Disponível em: <www.mda.gov.br/sitemda/tv-mda/nova-ater-no-brasil-do-sonho-a-realidade-resumido> Acessado em 22 set. 2017.

SILVA, D.W. **Produzindo prerrogativas de cidadania, o acesso da agricultura familiar a política de fornecimento de produtos para a alimentação escolar**. Tese (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade Ciências Econômicas, Programa de pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre-BR-RS. 2015. 221 f.

UFFRJ 2013 - **A Nova ATER do sonho a realidade - Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cOJqaX0IBzw>> Acessado em 17 set.. 2017.

WAGNER, L.J. **Um estudo sobre a Fome Zero em São Lourenço do Sul/RS**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS. 2009. 126 p.

WAGNER, S. A. **Métodos de Comunicação e Participação nas Atividades de Extensão Rural**. Curso de Graduação Tecnológica- PLAGEDER- SEAD/UFRGS – Porto Alegre –RS. Editora da UFRGS, 2011. 68 p. Disponível em: http://www.ufrgs.br/sead/servicos-ead/publicacoes-1/pdf/Metodos_de_Comunicacao_e_Participacao_derad024.pdf Acessado em 05. Jul. 2017.

APENDICE:

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
CURSO SUPERIOR EM DESENVOLVIMENTO RURAL - PLAGEDER**

EDO JORGE WAGNER

**QUESTIONARIO PARA ENTREVISTA DO TRABALHO CONCLUSÃO DE CURSO
(TCC) - AS CONTRIBUIÇÕES DO EXTENSIONISMO RURAL DA EMATER/RS -
ASCAR: O PNAE EM SÃO LOURENÇO DO SUL - RS**

Entrevista com Secretaria da Educação-São Lourenço do Sul-RS- Isolete Bammann- Responsável pela Merenda Escolar e Simone Radmann Wienke- nutricionista.

- 1) Quantas são as escolas municipais de ensino básico que estão inseridas no programa de merenda escolar e contingente de alunos e professores?
- 2) De acordo com a lei com a lei 11.497 de 16/06/2009 artigo 14 qual o percentual que o município adquire dos agricultores familiares, empreendedores familiares rurais ou de suas organizações?
- 3) Quais as entidades que assistem os produtores com extensão rural ou assistência e orientação técnica, certificação, emissão de documentos fiscais, comercialização e condições higiênicas sanitárias adequadas?
- 4) Possibilidade de disponibilização de dados para a pesquisa de dados físicos e financeiros dos últimos 5 anos?

Entrevista com técnico da EMATER – Escritório São Lourenço do Sul- Maria Elizabete B de Aguiar – Bel. em Economia Doméstica.

- 1) Nas execuções das políticas publica que a EMATER assiste aos agricultores familiares entre elas o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) qual a dimensão no município de São Lourenço do Sul em números de propriedades (famílias) assistidas tamanho média das propriedades (em há), atualmente.
- 2) A assistência com relação ao PNAE é em forma de grupos, por organizações relacionada no projeto ou individual? Algumas chamadas públicas especificam a metodologia que deve ser feito o atendimento?
- 3) Se há entidades parceiras no programa? Em caso afirmativo quais?
- 4) Os agricultores assistidos acionam outras políticas publicas relacionada?
- 5) Na avaliação como técnica, as famílias assistidas houve casos em que evoluíram economicamente, os impactos sociais foram positivos e os ambientais sofreram alguma modificação ou optaram pela sustentabilidade? Se há indicadores que possam aferir estes impactos? Exemplificando: **Econômica- aquisição** de equipamentos, bens de consumo, automóveis, etc. / **Social-** criação ou ampliação de associações e cooperativas, melhoria da qualidade de vida. **Ambiental-** implementação do CAR, matas ciliares, diminuição do uso dos agrotóxicos.
- 6) Falhas e sucessos do programa?

Questionário com a dirigente da EMATER REGIONAL PELOTAS – Extensionista KARIN PEGLOW por ocasião da implantação do PNAE em São Lourenço do Sul período de 2009/2010.

- 1) Qual o papel contributivo da Emater/RS- Ascar na formação desta política pública do PNAE no município?
- 2) Além do poder publico municipal quais as outras entidades parceiras nesta construção como ONGs, entidades governamentais e não governamentais?
- 3) Havia alguma estrutura formada para organização do projeto como agricultor familiar, empreendedor familiar rural e organizações representativas conforme previa a lei 11947?
- 4) Falhas, dificuldades e sucessos no programa?

Questionário para dirigente representativo dos agricultores familiares: Sindicato dos Trabalhadores na agricultura familiar de São Lourenço do Sul e região (Sintraf - Sul)..Luís Webber .

- 1) O sindicato nos seus quadros de associados possui agricultores que são assistidos no PNAE pela EMATER ou outras entidades parceiras da entidade?
- 2) Qual a importância da EMATER na aplicação das políticas públicas em destaque para o PNAE?
- 3) De um modo geral a extensão rural e assistência técnica liderada pela EMATER é imprescindível para o desenvolver o rural no município no âmbito da agricultura familiar?

Questionário de entrevista com agricultora familiar e titular de agroindústria familiar, fornecedora do PNAE. Mirian Costa.

- 1- Desde quando participa e que motivou a participar do programa?
- 2- Em matéria de assistência técnica qual foi o papel da EMATER no contexto e na consolidação do projeto?
- 3- Além da EMATER quais as outras entidades parceiras ajudaram a impulsionar o programa?
- 4- Quanto ao aspecto econômico, social e ambiental houve evolução tanto no empreendimento e as pessoas envolvidas na lide?
- 5- Cite falhas e sucessos no programa?

ANEXO

ENTREVISTAS

Isolete Bammann e Simone Radmann Wienke, respectivamente: responsável pela merenda escolar e nutricionista da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) de São Lourenço do Sul. Arquivo pessoal do autor. Entrevista concedida em 19 de outubro de 2017.

Karin Peglow, extensionista social, atualmente licenciada da EMATER. Arquivo pessoal do autor. Entrevista concedida em 18 de outubro de 2017.

Luís Clairton Behling Weber, agricultor familiar e dirigente sindical. Arquivo pessoal do autor. Entrevista concedida em 20 de outubro de 2017.

Maria Elizabete Bonadiman de Aguiar, Bacharela em Ciências Domésticas. Escritório da EMATER São Lourenço do Sul. Arquivo pessoal do autor. Entrevista em 31 de outubro de 2017.

Mirian Rozane Brito da Costa, agricultora familiar e titular de agroindústria familiar. Arquivo pessoal do autor. Entrevista concedida em 21 de outubro de 2017.

Ramone Erdmann Janke Ludtke, assistente administrativo, escritório local da EMATER. Arquivo Pessoal do autor. Entrevista concedida em 24 de outubro de 2017.